



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640015 - SP (2021/0012502-7)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : LUANA CRISTINA PASTORI VIEIRA DE SOUZA  
**ADVOGADO** : LUANA CRISTINA PASTORI VIEIRA DE SOUZA - SP423587  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DIOGO RENATO LIMA CORREIA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIOGO RENATO LIMA CORREIA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2294206-90.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, tendo sido denunciado como incurso no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante alega que a denúncia deve ser rejeitada em razão da sua inépcia, "pois não expõe a verdade e não permite ao acusado o exercício constitucional da ampla defesa e do contraditório" (e-STJ fl. 11).

Sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar do acusado.

Aduz que os predicados pessoais do agente permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Afirma que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Argumenta, por fim, que deve ser deferida a pretensão de forma a diminuir as consequências advindas do contágio pela covid-19 nos termos da Recomendação n. 62/2020 do CNJ.

Requer, liminarmente, e no mérito, a concessão da ordem para que seja rejeitada a denúncia, absolvido sumariamente o paciente ou, revogada a prisão preventiva, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

O presente *writ* não merece prosperar. Inexiste nos autos documento que demonstre a real situação do ora paciente. Não é possível saber sequer se o Superior Tribunal de Justiça é competente para apreciar o pedido (art. 105 da Constituição Federal), pois não há notícia de que o Tribunal de origem tenha examinado as questões ora alegadas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência